

Artigo

Os dois lados da Comissão da Verdade

A Comissão da Verdade, nomeada pela presidente Dilma, corre o risco de se transformar em Comissão da Vaidade, caso seus integrantes façam dela alavanca de vaidades pessoais. No dia seguinte às nomeações, ainda antes da posse, opiniões dispares dos membros da comissão quanto a seu objetivo precipuo surgiram na mídia. O ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, se enquadra nos critérios definidos pela lei que criou a comissão?

Nos termos de seu artigo 2º, §1º, inciso II, "Não poderão participar da Comissão Nacional da Verdade aqueles que (...) não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão". Ao atuar como perito do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos, Dipp se posicionou contra familiares dos guerrilheiros do Araguaia, cujos corpos encontram-se desaparecidos. Agirá agora com imparcialidade?

O papel dos sete nomeados é investigar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. O foco principal é, em nome do Estado, abraçarem a postura épica e ética de Antígona e dar sepultura digna aos mortos e desaparecidos sob a ditadura militar (1964-1985). A comissão atuará sob a obscura luz da injusta Lei da Anistia, promulgada em 1979 e referendada pelo STF em 2010. Essa lei nivela torturadores e torturados, assassinos e assassinados. Ora, como anistiar quem jamais sofreu julgamento, sentença e punição?

O aparelho repressivo, em nome da "segurança nacional", prendeu, sequestrou, assassinou, exilou, baniou e fez desaparecer os que ousaram combater a ditadura e também inúmeras pessoas que jamais se envolveram com a resistência organizada. Cabe à comissão elucidar a morte das vítimas da ditadura, o que ocorreu aos desaparecidos e quem são os responsáveis por tais atrocidades.

A comissão deverá, enfim, abrir os arquivos das Forças Armadas, ouvir algozes e seus superiores hierárquicos, ouvir vítimas e parentes dos desaparecidos e esclarecer episódios emblemáticos jamais devidamente investigados, como o atentado ao Riocentro, em 1981, preparado para ceifar a vida de milhares de pessoas.

Defender o conceito acaciano de "crimes conexos" e convocar como suspeitos aqueles a quem o Brasil deve, hoje, o resgate da democracia e do Estado de Direito, equivaleria a imputar à Resistência Francesa crimes contra a ocupação nazista de Paris ou convocar os judeus como réus no Tribunal de Nuremberg.

Os integrantes da Comissão da Verdade sabem muito bem que legalidade e justiça não são sinônimos. E tenham presente a afirmação de Cervantes: "A verdade alivia mais do que machuca. E estará sempre acima de qualquer falsidade, como o óleo sobre a água".

Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto) – frade dominicano, escritor e assessor de movimentos sociais

Sindicato repudia demissões no Itaú e para agências no Centro de Fortaleza

Foto: Secretaria de Imprensa – SEEB/CE



As paralisações aconteceram no último dia 23/5, quando quatro unidades do banco foram fechadas durante todo expediente bancário (pág. 3)

- Centrais Sindicais arracaram compromisso do governo de criar proposta para PLR sem Imposto de Renda (pág. 2)
- O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira, dia 22/5, em segundo turno, a PEC contra o Trabalho Escravo (pág. 4)
- Em rodada de negociação com a Contraf-CUT, Caixa promete força tarefa para intensificar contratação de pessoal (pag. 5)
- Encontro Estadual dos Bancários do BB e Caixa, dia 2/6, define delegação do Ceará aos congressos nacionais dos bancos (pág. 6)

Foto: Drawlio Joca



Denúncia: condições inadequadas de trabalho na agência Centro e assédio moral no BNB

Barulho e falta de estrutura de pessoal estão prejudicando o funcionamento da principal agência do BNB. De mudança sem data definida, a agência Fortaleza Centro convive diariamente com o ruído provocado por obras que estão sendo realizadas no Edifício Raul Barbosa, histórica sede da direção do Banco, hoje de propriedade da Justiça Federal. O Sindicato denuncia também assédio moral na Instituição (pág. 6)

Pesquisa



Tarefas domésticas mantêm divisão desigual entre homens e mulheres

Pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) não traça um cenário exatamente novo para as relações de gênero dentro dos lares brasileiros. Pelo contrário, reforça que continua cabendo às mulheres o desempenho de tarefas domésticas, questão que, para os pesquisadores, demonstra a manutenção de uma visão tradicional sobre o assunto.

O comunicado “Trabalho para o mercado e trabalho para casa” elenca, além da questão cultural direta, alguns fatores indiretos que explicam que 89,9% das mulheres desempenhem afazeres em casa, contra 49,9% dos homens. A partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, os especialistas apontam que a jornada no mercado de trabalho é, ainda, maior entre os trabalhadores do sexo

masculino, que também obtêm melhores salários, mesmo em funções similares. “Supõe-se que quem auferir maior renda dedica mais tempo ao trabalho remunerado e possui mais poder de barganha para negociar o tempo dedicado ao trabalho produtivo”, observa o Ipea.

Além disso, a maternidade toma mais horas que a paternidade. Mulheres com cinco filhos ou mais gastam 33,8 horas por semana em tarefas domésticas, contra 10,3 horas dos homens nas mesmas condições – entre os que não têm filhos, a média fica em 25,9 e 11,7 horas, respectivamente. “Assim, não importa se a mulher tem uma alta renda, se é considerada chefe de família, se está ocupada; ela sempre gastará mais tempo com afazeres domésticos que os homens nas mesmas posições.”

Para os pesquisadores, é desde cedo que se começa a

formar uma cultura de que meninas devem trabalhar em casa, e meninos, fora. Já entre 5 e 9 anos as crianças do sexo feminino despendem 6 horas semanais nas tarefas domésticas, contra 14,6% entre os meninos, que fazem cinco horas, em média.

A conclusão do comunicado é de que o poder público deve ter uma atuação no sentido de desfazer uma cultura de diferenciação por gênero. “Se o pressuposto de que a igualdade entre todos deve ser substantiva e a todos os cidadãos e cidadãs devem ser garantidas oportunidades equivalentes de autonomia, de busca pela felicidade, de acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade e de usufruto de uma vida saudável e com bem-estar, cabe também ao Estado atuar no sentido de reverter o quadro de desigualdade existente no âmbito privado familiar”, aponta.

JUSTIÇA

TST condena Bradesco por usar bancário para transporte de valores

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) restabeleceu sentença que deferiu R\$ 50 mil de indenização por dano moral a um empregado paulista do Banco Bradesco. Ele realizava transporte de valores em condições inadequadas.

O bancário recorreu ao TST contra decisão do Tribunal Regional da 15ª Região (Campinas-SP) que lhe havia indeferido o pedido, com o entendimento que a indenização somente é devida em caso de dano concreto ou de expressa previsão legal, o que não

teria ocorrido naquele caso.

Dispensado sem justa causa, o empregado ajuizou reclamação trabalhista pedindo, entre outros, a indenização por dano moral, com o argumento que cerca de três vezes por dia fazia o transporte de valores entre a sua agência e a do Banco do Brasil, que ficava a cerca de três quadras da agência em que trabalhava. Somente quando os valores eram muito altos recebia carro com escolta policial para fazer o transporte. Pequenos valores eram transportados a pé mesmo, informou.

Ao examinar seu recurso na

Terceira Turma, o relator, ministro Horácio de Senna Pires, avaliou que o empregado tinha direito à indenização, uma vez que Lei nº 7.102/83 restringe o transporte de valores a pessoal devidamente treinado, em decorrência dos riscos inerentes à atividade.

Como, no caso, ficou reconhecido que o bancário desempenhava a atividade perigosa em condições inadequadas, o relator deferiu-lhe a indenização “ante a necessidade de reparação da conduta ilícita do empregador”. O voto do relator foi seguido por unanimidade.

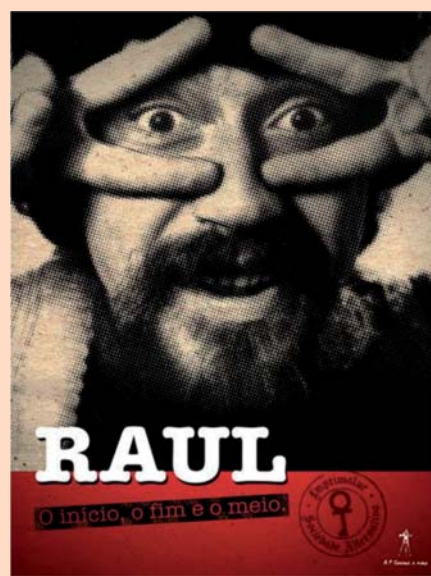
DICA CULTURAL

Um filme sobre Raul

O documentário “Raul Seixas: O Início, o Fim e o Meio” chegou com atraso às telas de Fortaleza, já que a estreia nacional aconteceu em março e aqui foi somente há duas semanas. O filme de Walter Carvalho conta a trajetória do lendário “Maluco Beleza” por meio de imagens raras de arquivo, encontros com familiares, amigos e artistas – que somaram 94 entrevistas e 400 horas de gravação.

Entre os depoimentos de nomes como Tom Zé, Pedro Bial, Paulo Coelho e Caetano Veloso, o documentário desvenda a história de um dos pioneiros do rock brasileiro, que viveu intensamente o rock’n roll, o amor livre, a Sociedade Alternativa, as drogas, a ditadura militar e as mulheres. Cantor e compositor, Raul Seixas nasceu em Salvador em 1945 e morreu em São Paulo em 1989. Foram 26 anos de carreira e uma obra musical com 21 discos.

O filme está em cartaz nos principais cinemas da cidade: Benfica, North Shopping, Iguatemi, Del Paseo, Aldeota, Via Sul, entre outros.



COMUNICAÇÃO

Reunião para discutir mídia da Campanha Nacional será dia 31/5

A Contraf-CUT promove na quinta-feira, dia 31/5, às 14 horas, uma reunião específica para discutir a mídia da Campanha Nacional dos Bancários 2012, a exemplo dos últimos três anos. O encontro será realizado na sede da Confederação, no Centro de São Paulo.

De acordo com a orientação do Comando Nacional dos Bancários, o objetivo é construir um processo democrático e participativo, a fim de definir um conceito e elaborar uma proposta de mídia nacional.

Veja o tema e o slogan da mídia das três últimas campanhas:

- 2009: Bancos abusam – Cadê a responsabilidade social?
- 2010: Outro banco é preciso –

Pessoas em 1º lugar

- 2011: Banco não respeita trabalhador – Queremos emprego decente – Compromisso com o Brasil e os brasileiros

Unidade nacional – “Mais uma vez, queremos estabelecer juntos um conceito unificado que seja capaz de dialogar com os bancários e a sociedade, pressionar os bancos, fortalecer a unidade da categoria e potencializar a marca da campanha em todo País”, afirma o secretário de imprensa da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr. A reunião é aberta à participação de dirigentes do Comando Nacional, sindicatos e federações, especialmente diretores de comunicação e profissionais de imprensa das entidades.

curta a nossa fan page

facebook
www.facebook.com/seebce

CENTRAIS SINDICAIS

Em reunião, ministros prometem proposta para PLR sem IR

A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e o ministro da Secretaria-Geral, Gilberto Carvalho, reafirmaram o compromisso do governo com a isenção de parte do Imposto de Renda (IR) na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos trabalhadores. O encontro com representantes das centrais sindicais ocorreu no dia 23/5, em Brasília, e contou com a participação do secretário de finanças da CUT, Vagner Freitas.

De acordo com Gilberto Carvalho, o governo se comprometeu a chamar as centrais para negociar até segunda-feira, dia 28/5, “depois que a presidenta Dilma Rousseff analisar a proposta feita pelos técnicos do Ministério da Fazenda”. E acrescentou: “tem

de botar dinheiro no bolso das pessoas e a presidenta tem consciência disso”.

Carvalho confirmou o que foi anunciado durante o ato do 1º de Maio da CUT e com autorização da presidenta: a isenção de IR na PLR de no mínimo R\$ 6 mil. Essa é uma conquista importante para os trabalhadores e para o País. Deixará parte significativa dos tributos no bolso dos cidadãos, valor que será reinvestido na economia.

MP 556 – Os debates ocorreram durante os trâmites da votação da MP 556/2011 – e das emendas que tratam da PLR sem IR. A ideia é garantir que o for negociado entre governo e centrais seja confirmado pelo Congresso Nacional.

Bancários repudiam demissões e param quatro agências do Itaú em Fortaleza

Apesar da forte chuva na capital cearense na quarta-feira, dia 23/5, os bancários do Itaú cerraram as portas de quatro agências no Centro de Fortaleza, em repúdio à política de demissões do banco, que somente nos últimos dois meses demitiu 20 funcionários no Estado. Dirigentes do Sindicato dos Bancários do Ceará estiveram à frente das manifestações de repúdio, pedindo a compreensão da população e explicando os motivos da paralisação.

Com muito som e animação, faixas e cartazes, além da distribuição de jornal à população, os bancários denunciam a campanha de marketing do banco, que esconde a verdadeira face da instituição financeira que obteve o maior lucro líquido do ano passado entre os bancos brasileiros: R\$ 13,6 bilhões. A propaganda do Itaú não mostra nem de longe a realidade vivida pelos bancários, que tem péssimas condições de trabalho.

As atividades das quatro unidades do Itaú de Fortaleza ficaram paralisadas das 8h às 16h, como parte de uma campanha nacional, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e encaminhadas pelos sindicatos em suas respectivas bases, em protesto contra as demissões e o assédio moral. O Dia Nacional de Luta dos bancários do Itaú contra as demissões ocorreu em todo o País.

Bancários repudiam demissões – “Repudiamos essa forma desumana do Itaú de praticar demissões em massa. Só na base do Ceará foram colocados na rua 22 colegas do banco, sendo demissões injustificáveis haja vista a alta lucratividade do Itaú. Repudiamos também a precarização das condições de trabalho, pois são poucos funcionários para dar conta de uma demanda crescente de clientes, como também o pouco investimento em segurança bancária. Vamos pressionar o banco para estancar essas demissões e retornar à mesa de negociação para negociarmos as questões gerais da categoria”, enfatizou o diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, Ribamar Pacheco.

Segundo o dirigente sindical, o Itaú está também na contramão da segurança ao retirar as portas giratórias, o que facilita a vida dos assaltantes e põe em risco a vida dos bancários. “Nos últimos meses, o Itaú tem sido um dos bancos mais visitados pelos assaltantes, fruto da facilidade após a retirada das portas giratórias”, concluiu Ribamar.

Ressaltou o presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo Bezerra que “mesmo com o elevado lucro, o Itaú mantém política de demissões que atinge principalmente funcionários mais experientes de agências. Em muitos casos há substituição de bancários por outros com salários menores, situação que precariza a categoria e prejudica a população”.



Fotos: Drawlio Joca

SEGUNDO O DIEESE, ENQUANTO LUCROU R\$ 3,4 BILHÕES NO PRIMEIRO TRIMESTRE DESTA ANO, O ITAÚ SEGUIU DEMITINDO E AINDA FECHOU 1.964 POSTOS DE TRABALHO, UMA REDUÇÃO DE 7,4% EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO ANO PASSADO, O QUE ACUMULA UM CORTE DE 7.728 VAGAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES.

O ITAÚ POSSUÍA 104.022 FUNCIONÁRIOS EM MARÇO DE 2011, DIMINUIU PARA 98.258 EM DEZEMBRO E REDUZIU PARA 96.204 EM MARÇO DE 2012. ENQUANTO ISSO, OUTROS BANCOS GERARAM EMPREGOS.



Conquista

CUT comemora aprovação na Câmara da PEC contra o Trabalho Escravo

Após semanas de mobilizações e pressões de dirigentes da CUT, de outras centrais sindicais, Comissão Pastoral da Terra (CPT), movimentos sociais e de direitos humanos, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira, dia 22/5, em segundo turno, a PEC do Trabalho Escravo. O texto da PEC estabelece que as propriedades rurais onde forem flagrados trabalhadores sendo explorados em condições análogas à escravidão, serão expropriadas depois que a sentença condenatória transitar em julgado.

Para conseguir um acordo entre as lideranças, o governo fez uma emenda na Lei 8257, conhecida como a Lei dos Psicotrópicos, que dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizam culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo. Além disso, a nova redação estabelece que a expropriação, no caso de trabalho escravo, dependerá da sentença judicial condenatória nos termos do artigo 149 do Código Penal. O texto aprovado será devolvido para o Senado, onde as alterações serão analisadas.

Segundo o coordenador-geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), José Guerra, a emenda foi feita porque o governo não admitia a reivindicação dos ruralistas de que era preciso mexer no conceito de trabalho escravo. "O texto aprovado fortalece o conceito de trabalho escravo, que é respeitado mundialmente. Ou seja, reforçamos a linha do governo de que não se deve mexer no artigo 149 do Código Penal que trata justamente do conceito de trabalho escravo".

Pedro Armengol, diretor executivo da CUT, que durante a tarde participou de ato em defesa da aprovação da PEC juntamente com as secretárias Carmen Foro (secretária nacional de Meio Ambiente) e Rosane Bertotti (secretária nacional de Comunicação) e Expedito Solaney (secretário nacional de Políticas Sociais), disse que a aprovação é uma vitória do povo brasileiro.

Todos os dirigentes da CUT concordaram que o conteúdo da PEC dá mais garantias ao combate do trabalho escravo e, portanto, é um avanço considerável, porém, a mobilização, a pressão e a vigilância



têm de continuar. A lei dá força a ação sindical, a vigilância e a mobilização social, mas é importante ter em mente que, por si só ela não resolve o problema, mais comum, nas áreas mais distantes do País, alertaram.

Segundo Pedro, "a expropriação de terras é um poderoso instrumento de punição à prática de trabalho escravo. Um instrumento que vamos usar no combate ao trabalho escravo", ressaltou.

Rosane Bertotti ratifica as palavras do diretor. Para ela, "a aprovação da PEC é positiva porque reafirma o conceito de trabalho escravo, mas, ao mesmo tempo em que cria um instrumento de punição – a expropriação de terras – reforça o papel do Judiciário, onde as ações podem tramitar por longos períodos".

"É uma vitória para os trabalhadores", concorda Solaney, que comemorou o fato do texto equiparar as terras onde tem plantação de psicotrópicos a terras onde for encontrado trabalho escravo para efeito de desapropriação. "É uma obrigação moral, é um dever do País,

garantir essa arma de punição para os escravagistas".

Carmen Foro disse que a vitória deve ser comemorada por toda uma geração que foi às ruas, fez pressão e mobilizações para que o Brasil resolvesse de uma vez por todas a tragédia escravagista, mas, assim como Rosane, que lembrou do papel do Judiciário, fez um alerta.

"A lei por si só não resolve, dá força e respaldo popular e é um passo significativo, mas por esse Brasil afora, onde as pessoas têm medo de denunciar porque são ameaçadas de morte, os movimentos sindical, social, de direitos humanos têm de enxergar a aprovação desta PEC como um instrumento para convencer os trabalhadores explorados a denunciar. Afinal, agora teremos em mãos um instrumento que também ameaça, intimida e pune os escravos onde eles mais temem, o bolso, a posse das terras. Mas é preciso continuar vigilante porque o ato de denunciar é um ato de coragem que precisaremos estimular", enfatiza Carmen.

ELEIÇÕES PREVI

Vote Chapa 6 para manter solidez da Previ

O Sindicato dos Bancários do Ceará apoia representantes de fato comprometidos com interesses dos participantes do fundo de pensão do Banco do Brasil. Responsável pelo patrimônio previdenciário de quase 200 mil pessoas, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ vem traçando uma trajetória de crescimento. É a manutenção dessa solidez que está em jogo nas eleições para os cargos de Administração e Fiscalização e para os conselhos consultivos dos planos de Benefícios 1 e Previ Futuro. O pleito vai até dia 29 e o Sindicato indica voto na Chapa 6 – Unidade na Previ.



Desde 2002, o Previ Futuro rendeu 342% para uma meta atuarial de 280%, ou seja, 22% maior que o esperado. A Previ vem com boa gestão, aumentou a governança corporativa e rendeu acima da meta atuarial nos últimos 10 anos, graças à participação dos funcionários na administração, apoiados pelos seus sindicatos, entidades de aposentados e associações de funcionários. É importante manter essa direção.

Entre as propostas da Chapa 6 está a criação de um novo benefício com contribuições do banco baseadas na PLR, para ambos os planos (Previ 1 e Previ Futuro). Ninguém leva os rendimentos da PLR para a aposentadoria, mas com a nova contribuição, as aposentadorias poderão até ser maiores que os salários da ativa.

Previ Futuro – Para o plano Previ Futuro, a Chapa 6 defende o resgate das contribuições patronais. Hoje, o direito às patro-

nais só é permitido por meio da portabilidade – ou seja, quando o participante migra para outro fundo de pensão – ou para pagar dívidas com a própria Previ. "Isso é injusto, as pessoas têm de poder resgatar o volume de recursos que quiserem. Claro que preservando o benefício de risco, que é o fundo solidário que custeia necessidades de trabalhadores inválidos para o trabalho ou pensionistas".

Propõe também a redução ainda maior da taxa administrativa, que já caiu de 5% para 4%, e da taxa de risco. Essas reduções seriam revertidas para os planos que, com a boa gestão que a Previ demonstrou nos últimos 10 anos, vão garantir aposentadoria melhor. O Previ Futuro é um bom plano, onde a contribuição paritária de 7% pode chegar a 17% e as projeções técnicas de evolução média dos salários, idade de entrada e saída do banco e tempo de contribuição pelo INSS indicam soma de benefícios, oficial e Previ, superior ao salário da ativa.

Previ 1 – Para o Plano de Benefícios 1 a Chapa 6 propõe, entre outras coisas, aumentar o teto de benefícios, que hoje é de 90%, para 100%; criar um teto de benefícios correspondente ao salário de um diretor do banco; reduzir o valor da parcela Previ que é utilizada nos cálculos e, assim, aumentar o benefício; e incorporar o BET (Benefício Especial Temporário) como permanente.



AMPLIAR DIREITOS

CUT vai encaminhar ao Congresso Nacional projeto para mudanças na CLT

A principal mudança é permitir que sindicatos de trabalhadores e empresas possam negociar livremente a aplicação dos direitos trabalhistas, como por exemplo, divisão dos 30 dias de férias em três períodos, redução do intervalo de uma hora de almoço e da licença-maternidade, com compensações.

Para evitar o desgaste político de enviar ao Congresso um projeto que flexibiliza a legislação trabalhista, cujo texto está pronto na Casa Civil, o governo orientou a CUT a convencer um grupo de líderes dos partidos a assumir a paternidade da proposta. A principal mudança é permitir que sindicatos de trabalhadores e empresas possam negociar livremente a aplicação dos direitos trabalhistas, como por exemplo,

divisão dos 30 dias de férias em três períodos, redução do intervalo de uma hora de almoço e da licença-maternidade, com compensações.

O acordo foi costurado entre representantes da CUT, o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral, e a Presidência da República. O assunto foi discutido num jantar entre o presidente da Câmara, Marco Maia, deputados e líderes das centrais sindicais. Ficou acertado no encontro que a CUT, via Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, vai encaminhar o projeto à Câmara, por meio de um parlamentar ou líder.

A Câmara vai avaliar, e a tendência é que a proposta seja apresentada por um conjunto de líderes.

Embora o objetivo dos dois projetos seja o mesmo, a nova norma

cria o Acordo Coletivo de Trabalho e estabelece regras para que os sindicatos possam negociar os direitos trabalhistas. Exige que as entidades tenham habilitação prévia do Ministério do Trabalho e instalem comitês dentro das fábricas, eleitos pelos trabalhadores. A nova norma não revogaria a CLT e teria caráter facultativo, caso aprovada.

"É uma maneira de avançar na modernização das relações entre patrões e empregados. Não se trata da flexibilização e sim da inclusão de um mecanismo de negociação a mais para as categorias", destacou Maia. O líder do PSD na Câmara, Guilherme Campos (SP), que participou do jantar, disse que a ideia tem a simpatia de muitos e há grande chance de ser aprovada na Casa.

PESQUISAS

Desemprego em abril é o menor para o mês desde 2002, diz IBGE

O desemprego brasileiro caiu para 6% em abril, na comparação com 6,2% em março, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na quinta-feira, dia 24/5. O resultado do mês passado é o melhor para abril desde 2002, quando teve início a série histórica.

O contingente de desocupados foi estimado em 1,5 milhão de pessoas em abril no agregado das seis regiões pesquisadas, apresentando estabilidade em relação ao mês anterior e a abril de 2011.

A população ocupada atingiu 22,7 milhões para o conjunto das seis regiões, também não assinalando variação significativa frente ao mês de março. No confronto com abril de 2011, foi verificado aumento de 1,8%, o que representou um adi-

cional de 396 mil pessoas nesse contingente em 12 meses.

Onúmero de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, em abril desse ano, foi de 11,1 milhões no agregado das regiões pesquisadas. Este resultado foi considerado estável frente a março. Verificou-se crescimento de 2,8% neste indicador na comparação com abril de 2011, o que representou um adicional de 308 mil postos de trabalho com carteira assinada no período de um ano.

O rendimento médio real habitual dos trabalhadores, apurado em abril de 2012 em R\$ 1.719,50 para o conjunto das seis regiões, caiu 1,2% em relação a março de 2012. Na comparação com abril de 2011 esta estimativa aumentou 6,2%.

Após cobrança da Contraf-CUT, CEF promete força-tarefa para contratações

Em rodada de negociação realizada no dia 24/5, em Brasília, a Caixa Econômica Federal comprometeu-se com a Contraf-CUT, federações e sindicatos a realizar uma força-tarefa para intensificar a contratação de pessoal a partir de junho. As entidades sindicais cobraram da empresa a elevação do seu quadro de empregados para o patamar de 92 mil, conforme prevê o acordo coletivo de trabalho de 2011/2012.

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE-Caixa), instância de assessoramento da Contraf-CUT na mesa de negociações, demonstrou a necessidade da força-tarefa para contratações ao apontar a grande defasagem do quadro de pessoal em relação ao que ficou acordado na última campanha nacional. No final de 2011, esse objetivo de 92 mil empregados implicava em 5 mil novas contratações, número que ainda está longe de ser atingido. A CEE-Caixa destacou que a carência por mão de obra e, por consequência, a sobrecarga de trabalho na empresa cresceram ainda mais ao longo deste ano, dado o forte aumento da demanda, sobretudo a advinda das políticas governamentais.

A representação dos empregados lembrou, inclusive, que no fechamento do acordo coletivo a Caixa não só assumiu o compromisso de atingir 92 mil empregados como revelou também que já havia autorização dos órgãos governamentais para atingir o patamar de 99 mil até o final de 2013. A rodada de negociação tratou ainda de Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon), promoção por mérito, Ret-PV, Comissão de Conciliação Voluntária (CCV) e trabalho aos sábados, domingos e feriados.

Sipon – Em relação ao Sipon, as entidades sindicais cobraram agilidade na solução dos problemas no funcionamento do login único e condenaram a utilização do sistema de ponto para registro de horas negativas. A interpretação da CEE-Caixa é de que o registro de hora negativa significa fazer com que o empregado fique em dívida com a empresa e se sujeite a fazer o pagamento conforme a conveniência do gestor.



Foto: Augusto Coelho/Fenae

Os representantes da Caixa ficaram de apresentar respostas sobre as horas negativas até a próxima rodada de negociação. Os bancários frisaram que o assunto vem sendo discutido há bastante tempo e exigem proposta conclusiva por parte da empresa. Quanto ao login único, a Caixa informou que a área de tecnologia está providenciando as adaptações necessárias e que, em breve, voltará a funcionar.

Promoção por mérito – Na discussão sobre as regras da avaliação para promoção por mérito no ano base 2012, a Caixa criou impasse ao insistir na exigência de que o empregado complete 365 dias de empresa para ter direito a participar do processo. A Contraf-CUT defendeu a regra que vigorou nos últimos anos, de 180 dias como prazo mínimo para que o empregado possa ser avaliado e promovido.

Os representantes dos empregados alertaram a empresa para o fato de que a tentativa de mudar a regra poderá inviabilizar todo o processo da promoção por mérito. O debate foi encerrado com a declaração da Caixa de que fará nova apreciação do assunto.

Ret/PV – Sobre as Ret/PV, os problemas apontados pelos dirigentes sindicais foram a manutenção das rotinas inadequadas e o excesso de trabalho. A Caixa reconheceu a carência de pessoal

e disse que já ocorreram contratações, mas não em quantidade suficiente para suprir sequer as 418 vagas com as quais a empresa havia se comprometido.

A alegação é de que já não há mais banco de habilitados em vários estados. O compromisso é de completar as contratações até junho e de promover também a adequação das instalações para, em seguida, redimensionar as necessidades da área.

CCV – Sobre a CCV, a Caixa informou que o impedimento à adesão de sindicatos que patrocinam ações coletivas foi provocado por desconhecimento de informação e que não está mais ocorrendo. A CEE-Caixa cobrou transparência na metodologia dos cálculos na apuração dos valores das indenizações, frisando ainda que os valores calculados estão aquém do que deveriam ser.

Trabalho em final de semana – A Contraf-CUT, federações e sindicatos manifestaram total reprovação à convocação para o trabalho no dia 12 de maio, medida que consideraram mera peça marketing da empresa. Exigiram parâmetro de todas as horas decorrentes de tal iniciativa e cobraram também respeito à jornada e ao pagamento de todas as horas extras praticadas nos feriados, independente das funções dos empregados que foram convocados para o trabalho.

Bancários sofrem com atendimento precário do Bradesco Saúde

Os funcionários do Bradesco estão enfrentando sérias dificuldades no atendimento médico, laboratorial, hospitalar e odontológico em todo o País. A Contraf-CUT vem recebendo denúncias de vários sindicatos sobre os inúmeros problemas enfrentados pelos trabalhadores.

“O Bradesco Saúde está defasado em 22 anos. A base de cobertura é ainda de 1990 quando houve a sua contratação. A cobertura não se modernizou conforme os avanços da medicina e dos novos procedimentos médicos que se popularizaram. Nosso plano está atrasado”, afirma Walcir Prevital, secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT e funcionário do Bradesco.

Outro problema é a limitação para fazer procedimentos em uma mesma especialidade. Se o médico solicitar ao paciente um exame do ombro e outro da coluna, o usuário tem de escolher apenas um. O outro só pode ser feito após 30 dias. Isto porque o convênio não autoriza. A situação acontece em hospitais e clínicas de diversas cidades, inclusive Salvador, como o Hospital São Rafael. Alguns locais negam atendimento até em consultas e autorizam apenas em caso de emergência.

“Problemas como estes estão acontecendo em todo o País. Os funcionários não possuem atendimento de diversas especialidades. Há bancários de outros bancos que possuem o plano de saúde do Bradesco e têm direito a um atendimento mais abrangente e com mais especialidades do que o dos próprios funcionários do banco, que tem o chamado 'seguro saúde', explica Elaine Cutis, diretora da Contraf-CUT e coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco, órgão da Contraf-CUT que assessora as negociações com o banco.

A mesma denúncia é feita por diversos sindicatos. Quando um funcionário ou algum dependente telefona para marcar uma consulta, exame ou internação, a primeira preocupação da pessoa que atende do outro lado da linha é com o tipo de plano. Se for do Grupo Bradesco, que é o caso dos funcionários do banco, o atendimento é negado.

Participação dos trabalhadores – Os gestores do setor de Recursos Humanos do banco querem resolver o problema pontualmente, em vez de tomar uma medida geral para que a rede credenciada atenda devidamente todos os funcionários e dependentes.

“Temos que discutir com o banco a questão da participação dos bancários na microrregulação do plano. Queremos que o movimento sindical tenha participação no processo de melhoria do plano. Precisamos discutir como vamos conduzir este processo”, destaca Walcir.

A situação é tão precária, avalia o dirigente da Contraf-CUT, que o

plano dos funcionários do Bradesco sequer é regulado pela lei 9656/98, da Agência Nacional de Saúde, que rege os planos de saúde do país, já que é anterior à lei. “A ANS não alcança nosso plano. Qualquer contrato hoje é obrigado a ter atendimento psiquiátrico, psicológico, de nutricionista ou de fonoaudiologia, enquanto os bancários estão totalmente desassistidos nestas áreas”, critica Walcir.

Reivindicações – Um dos principais focos das reivindicações dos bancários é a inclusão de áreas ligadas à saúde mental, como psicologia e psiquiatria, hoje não atendidas pelo Bradesco Saúde. A ampliação do número de médicos da rede credenciada também está em pauta, especialmente fora dos grandes centros. Os bancários de municípios pequenos, especialmente no interior dos estados, ficam sem acesso ao plano de saúde. “Cobramos o credenciamento de profissionais em todas as localidades em que houver agências do banco”, ressalta Elaine.

Os bancários reivindicam também a manutenção do plano de saúde após a aposentadoria. Hoje, o trabalhador que se aposenta perde o direito ao plano após deixar o banco. Isso gera um grande problema, uma vez que entrar em outro plano já com idade avançada é muito caro. “Os funcionários ficam sem qualquer proteção após deixarem o banco. Esta é uma prova do descaso da empresa para quem dedicou uma vida de serviços. Essas pessoas acabam gastando da própria aposentadoria para contratar um plano de saúde no mercado”, critica Elaine.

OdontoPrev – Outro problema grave enfrentado pelos bancários do Bradesco é o serviço prestado pelo convênio odontológico OdontoPrev. Muitos profissionais têm deixado o plano por conta do aumento da burocracia após a fusão da OdontoPrev com o Bradesco. “Os problemas com o convênio se agravam desde 2010, quando o Bradesco Dental passou a ser controlado pelo OdontoPrev”, lembra Elaine.

Com isso, o plano que já tinha poucos profissionais em diversas regiões passou a ser quase nulo em algumas localidades. “Tem ocorrido um verdadeiro descrédito em massa no odontológico. É preciso resolver essa situação e garantir um atendimento de qualidade para todos os bancários”, salienta a diretora da Contraf-CUT.

Além disso, a tabela de pagamento do OdontoPrev é considerada baixa pelos dentistas e o resultado é um grande número de descréditos, penalizando funcionários que chegaram a interromper tratamentos. “Essa situação é inadmissível, pois a saúde bucal, além de ser importantíssima, interfere diretamente na autoestima das pessoas”, observa Elaine.

CAIXA

Engenheiro contratado pelo Sindicato continua inspeção técnica no Edifício Sede da CEF

Foto: Secretaria de Imprensa – SEEB/CE

A inspeção nas instalações do Edifício Sede da Caixa teve continuidade na quinta-feira, dia 24/5, com a vistoria feita pelo engenheiro de Segurança do Trabalho, Francisco das Chagas Neto, contratado pelo Sindicato dos Bancários do Ceará. O engenheiro conferiu com instrumentos a temperatura e os ruídos no prédio. A inspeção no edifício teve início no dia 18/5, quando o Procurador Regional do Trabalho, Gerson Marques comandou uma equipe de engenheiros de segurança em visita ao prédio, provocada por denúncias recebidas pelo Sindicato, dando conta das péssimas condições estruturais e do ambiente de trabalho.

A conclusão pericial dos três engenheiros deverá ficar pronta esta semana, quando será repassada ao Procurador Gerson Marques, para que finalmente, a PRT adote medidas para solucionar os problemas



registrados. O Sindicato dos Bancários está atendo às reclamações dos empregados da Caixa, que

exigem melhorias nas condições de conservação do prédio e melhores condições de trabalho.

RADIO BANCÁRIOS

RÁDIO UNIVERSITÁRIA

107.9 FM

7:30 DA MANHÃ

UM PROGRAMA DO

Sindicato dos Bancários do Ceará

Sindicato denuncia condições inadequadas de trabalho na agência Centro e assédio moral no BNB

Barulho e falta de estrutura de pessoal estão prejudicando o funcionamento da principal agência do BNB. De mudança sem data definida para outro prédio, cuja reforma sequer começou, a agência Fortaleza Centro convive diariamente com o ruído de furadeiras e martelos originado por obras que estão sendo realizadas no Edifício Raul Barbosa, histórica sede da direção do Banco, hoje de propriedade da Justiça Federal.

Esse problema associado a uma crônica falta de estrutura para atender as demandas dos clientes da maior agência do BNB, constitui hoje um verdadeiro desrespeito aos trabalhadores lotados naquela unidade e à sua clientela.

O Sindicato dos Bancários do Ceará já levou ao conhecimento da direção do BNB esse quadro deplorável e exige providências imediatas, ao mesmo tempo em que está protocolando denúncias à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, solicitando fiscalização e prevenção para os que estejam transgredindo a legislação.

“Achamos um absurdo que a direção do BNB não esteja tomando as providências para acelerar a mudança dos funcionários para outro local adequado, já que esse prédio já não pertence mais ao Banco. Quero dizer que o Sindicato está atento e vamos continuar cobrando do Banco e na próxima semana solicitaremos uma audiência com a Superintendência do Desenvolvimento Humano e a



Foto: Drawlio Joca

Diretoria Administrativa para cobrar as respostas dos nossos questionamentos sobre o funcionamento da agência”, afirmou Tomaz de Aquino, diretor do SEEB/CE.

Assédio moral no BNB – Outro assunto denunciado pelos bancários do BNB ao Sindicato relaciona-se à política de assédio moral, que está se tornando corriqueira na instituição devido a pequena quantidade de funcionários nas agências. O Sindicato convoca os trabalhadores a não aceitarem telefonemas fora do expediente, alterações nas suas rotinas de trabalho e muito menos o acúmulo de atribuições fora de suas respectivas funções. Qualquer ato dessa natureza deve ser denunciado ao Sindicato. Aos gerentes gerais das agências, o SEEB/CE comunica sua

disposição para lutar por mais funcionários, pressionando a alta direção do Banco a oferecer aos gestores as condições necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

“Nós do Sindicato vamos tomar providências. Vamos conversar com os gestores do Banco e, se nada resolver, iremos à Justiça. O Sindicato está vigilante e não vai deixar que o assédio moral prospere. Iremos à direção do Banco defender a agência Centro que é símbolo de todo o BNB, em todo o Nordeste e tem que ser reestruturada para dar boas condições de trabalho ao seu pessoal. Se não forem tomadas medidas imediatas tomaremos outras providências junto ao Ministério Público do Trabalho e demais órgãos competentes”, conclui o dirigente sindical Tomaz de Aquino.

Falta de estrutura do posto do Fórum depõe contra imagem do BNB

Com apenas quatro funcionários – sendo dois caixas e dois no atendimento – o posto bancário do BNB no Fórum Clóvis Beviláqua (Água Fria) está sem condições mínimas para o bom atendimento de uma clientela exigente constituída por juizes, advogados e serventários da Justiça.

Após disputar com outros bancos o privilégio de trabalhar com essa clientela e suas operações, a maioria de elevado valor referente a causas judiciais, o Posto Fórum do BNB está ponto em questionamento a própria imagem da

Instituição, por culpa de avaliações equivocadas da Direção do Banco em relação à estrutura organizacional daquela unidade.

Para o Sindicato dos Bancários do Ceará, que esteve visitando o posto na semana passada, não se pode comparar autenticações de baixa complexidade – como recebimento de tarifas e impostos – com outros de alta complexidade como, por exemplo, o levantamento de depósitos judiciais de valores elevados, pois muitas vezes uma só operação desse porte representa o equivalente

a dezenas de autenticações de caráter mais simples.

O Sindicato reivindica imediata revisão da estrutura de pessoal do posto Fórum do BNB, com elevação da quantidade de funcionários nos caixas e no atendimento. Aproveita para denunciar também uma deficiência relacionada à estrutura física do posto, que não dispõe de sanitários, obrigando os funcionários que ali trabalham a se deslocarem para sanitários do Fórum, a uma distância que consome de 10 a 15 minutos da jornada de trabalho, cada vez que seja feito uso dos toaletes.

MOBILIZAÇÃO

Encontro Estadual dos Bancários do BB e Caixa dá início à Campanha Nacional 2012

Acontece no próximo dia 2/6, a partir das 9h, no Ponta Mar Hotel (Av. Beira Mar, 2200), o Encontro Estadual dos Bancários do Banco do Brasil e da Caixa, em Fortaleza. Os bancários cearenses dos dois bancos terão na pauta do evento debates sobre conjuntura nacional, temas específicos e escolherão os delegados para os Congressos Nacionais dos bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa, marcados para acontecer entre os dias 15 a 17/6, em Guarulhos (SP).

A programação constará de debates sobre temas para a minuta da Campanha Nacional 2012 e questões específicas por bancos. Estão convidadas para os eventos as lideranças nacionais: presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro, coordenador da Comissão de Empresa do BB, William Mendes e coordenador da Comissão de Empresa da Caixa, Jair Pedro Ferreira.

Ao final, os participantes elegerão a delegação cearense que irá participar do 28º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), do 23º Congresso Nacional dos Funcionários do BB, em São Paulo.

O presidente do Sindicato dos Bancários, Carlos Eduardo Bezerra, convoca: “a participação de todos os bancários do BB e da Caixa é muito importante, pois essa é a hora de

apresentarmos nossas reivindicações e anseios e mandarmos nossa representação aos Congressos de bancos públicos. Só com a participação de todos vamos construir uma pauta forte para a Campanha Salarial da categoria deste ano”.

23º Congresso do BB – Quatro eixos temáticos que pautarão as discussões do encontro: remuneração e condições de trabalho (incluindo questões como plano de cargos e comissões, piso, jornada de trabalho, metas e remuneração variável); Saúde e Previdência; organização do movimento (formas de mobilização, delegados sindicais e organização no local de trabalho, Conselho de Usuários da Cassi etc.); e BB e o Sistema Financeiro Nacional (crédito, metas de produtos financeiros, terceirização e correspondentes bancários e Internacionalização).

28º Conecef – Os temas que estarão em debate serão: organização do movimento; Saúde do Trabalhador/Condições de Trabalho/Saúde Caixa; Funccef/Aposentados; segurança bancária; representação dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Caixa; jornada/Sipon/Isonomia e contratação e papel da Caixa.

CAFÉ E ALMOÇO GRÁTIS

Alimente-se de notícias



7h30 – Programa Rádio Bancários na FM 107,9 (Universitária FM)



OUTROS TOQUES

Redução de tributos

Publicada no Diário Oficial da União no dia 18/5, a lei que reduz a zero as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre 27 produtos voltados a pessoas com deficiência. A medida faz parte do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver sem Limite), lançado pelo governo federal no ano passado. Segundo o IBGE, 45,6 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência no País, o que corresponde a 23,91% da população brasileira.

Aumenta desemprego

O Brasil gerou em abril 216.974 empregos formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego. O saldo corresponde à redução de cerca de 55,2 mil empregos em relação a abril de 2011 - queda equivalente a 20,3%. No Nordeste, houve redução de 4.924 de postos de trabalho. O setor de serviços liderou o crescimento da geração de empregos formais, oferecendo 82.875 postos, seguido pela construção civil (40.606), pelo comércio (33.704) e pela indústria de transformação (30.318).



“A vitória não pode nos iludir. Agora haverá enfrentamento para amenizar o que é trabalho escravo no Brasil de modo a tornar a PEC inócua”

afirma Frei Xavier Plassat, da Comissão Pastoral da Terra

Estratégia e Gestão Empresarial

O Cetrede em parceria com a Universidade Federal do Ceará está com inscrições abertas até 11/6, para o Curso de Pós-graduação LatoSensu em Estratégia e Gestão Empresarial. O Cetrede é conveniado do Sindicato dos Bancários do Ceará. A prova de conhecimentos gerais será dia 13/6, às 19h, na sede do Cetrede – Av. da Universidade, 2932, Benfica. O resultado da seleção sai dia 20/6 e a matrícula será nos dias 21 e 22/6. O início das aulas será em agosto/2012. Mais informações: www.cetrede.com.br. Fone: 3214.8200.

Cesarianas x Obesidade

Bebês nascidos via cesarianas podem ter até duas vezes mais risco de serem crianças obesas aos três anos de idade, afirma um levantamento feito nos Estados Unidos pela revista pediátrica “Archives of Disease in Childhood” (em português, “Arquivos de Doenças na Infância”). A explicação estaria na diferença entre as bactérias do intestino que bebês adquirem durante o parto normal e o cesáreo. Bebês nascidos por parto normal adquirem bactérias do gênero Bacteroides da mãe na hora do parto – esses micro-organismos são essenciais para a boa digestão dos alimentos.



DATA: _____	RUBRICA: _____
<input type="checkbox"/> PORTAL EM	<input type="checkbox"/> REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO
<input type="checkbox"/> PORTAL OU SÍNDICO	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/> OUTROS: _____	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/> FALCIDO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> MUDOU-SE